

TODOS JUNTOS!

A sociedade civil reage aos desmandos do inominável. E 1 milhão de democratas assumem a defesa das eleições de 2022



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 15 de Agosto de 2022 Nº 72

Por fake news, TSE rejeita coronel indicado pelo governo

Na Fiesp, Lula diz que o país precisa se reindustrializar

Povo não consegue pagar por comida. E governo comemora

FBI faz operação policial na casa de Donald Trump

O Brasil perde a graça, o brilho e o talento de Jô Soares

Marco Aurélio Garcia (1941-2017)
5 anos depois, presente! agora e sempre

Vida e obra do MAG

20 de julho, quarta 19h

Com a participação de:
Dilma Rousseff
Breno Altman
Valter Pomar

FUNDACÃO Perseu Abramo Escola Latino-americana de História e Política

Ao vivo em  youtube.com/elahp  facebook.com/elahp.com.br

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

WEBSÉRIE

PERI É PERIFERIA FERIA

ASSISTA AGORA NO  [/FUNDACAOPERSEUABRAMO](https://youtube.com/fundacaoperseuabramo)

ESTREIA SEMANAL DOS 8 EPISÓDIOS NAS QUARTAS-FEIRAS ÀS 15:00

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG BRASIL

FUNDACÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

AS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 1994 E 1998

EXPOSIÇÃO VIRTUAL

PT 42 ANOS

a retomada da esperança

POLÍTICO E CULTURAL

PT 42 ANOS A RETOMADA DA ESPERANÇA

ACESSE EM fpabramo.org.br/pt42anos

NESTA EDIÇÃO

11 DE AGOSTO MARCA O NÃO DA SOCIEDADE AOS ABUSOS

Em todo o país surgem manifestações contra o arbítrio e pela democracia. Juristas, estudantes, empresários e trabalhadores se levantam contra os ataques do presidente à ordem democrática e às urnas eletrônicas. Carta reúne 1 milhão de assinaturas de cidadãos que lutam pela democracia.

Página 6

Eduardo Knappe/Folha



EDITORIAL. Um velho ditado ensina que o que importa numa eleição é a economia

Página 4

ATAQUES. O presidente volta a atacar as urnas e toma uma invertida do TSE

Página 10

LULA. Na Fiesp, o petista volta a falar da necessidade de reindustrializar o Brasil

Páginas 11

EMPREGO. Ao setor de varejo, PT promete lutar por mais trabalho e renda

Páginas 12

PESQUISAS. Agora começa a campanha eleitoral para valer. E Lula lidera a corrida

Página 13

BRASIL. Auxílio Brasil não vai reverter por si a pobreza que está crescendo no país

Página 15

PIADA. Filhos do presidente lançam uma campanha para Prêmio Nobel para Guedes

Página 17

ECONOMIA. Governo brinda queda da inflação, mas alimentos sobem mais

Página 18

PIB. Prévia do Banco Central traz má notícia: a economia desacelera

Página 19

ARMADILHA. O efeito cruel para os pobres do consignado via Auxílio Brasil

Páginas 20

COLÔMBIA. Gustavo Petro assume o governo e é saudado com esperança

Página 21

EUA. Donald Trump reteve documentos sigilosos em mansão privada na Flórida

Página 23

HISTÓRIA. Participação popular na Constituinte e lucro recorde da Petrobrás

Páginas 24 e 25

OBITUÁRIO. O Brasil se despede do talento rebelde e genial de Jô Soares

Páginas 26 a 28



É A VIDA DO POVO, ESTÚPIDO!

Aloizio Mercadante

A sociedade brasileira enfrenta o maior vale-tudo eleitoral de todas as campanhas pós-redemocratização. Todas as regras foram rompidas. A farrá fiscal do governo Bolsonaro em ano eleitoral acabou com a paridade de armas da disputa. O que vemos, sem qualquer reação das instituições, é praticamente uma compra de votos. E a avalanche de fake news bolsonaristas segue crescendo nas redes, com a mesma desenvoltura de 2018, com mentiras, calúnias e destilando o

ódio na campanha.

Os exemplos vão desde o dinheiro, às vésperas das eleições, para abaixar o preço da gasolina ao aumento no auxílio emergencial, que Bolsonaro criticou no passado e que tinha acabado. Sem falar na liberação de dinheiro para segmentos específicos, sem precedentes em nossa democracia. Ou seja, um verdadeiro estelionato eleitoral.

Ademais, não há Estado Democrático de Direito sem instituições. E quando há uma disputa eleitoral, que envolve o Legislativo e o Executivo, o Judiciário

tem a prerrogativa constitucional de coordenar o processo eleitoral. Mas, Bolsonaro agride sistematicamente o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e as instituições, alguns juízes independentes, na tentativa de intimidar. Também segue colocando em xeque, mentindo sobre as urnas eletrônicas e questionando o resultado das eleições.

Entretanto, os atos em defesa do Estado Democrático de Direito e do sistema eleitoral brasileiro, em 11 de agosto, tiveram enorme capilaridade, aconte-

ceram em todas as capitais do país, e envolveram amplos setores da sociedade, formando uma importante frente ampla de contenção à estratégia golpista de Bolsonaro. A carta em defesa da democracia, por exemplo, foi lida e divulgada por mais de 40 artistas nas redes sociais, além de ter ultrapassado a marca de mais de 1 milhão de assinaturas no dia dos atos. Foi o resgate da campanha democrática que derrotou a ditadura militar.

Para tentar reverter a enorme rejeição, Bolsonaro e aliados também voltaram a radicalizar o discurso na pauta dos costumes e dos valores anticivilizatórios. Exemplos dessa estratégia maniqueísta, típica de regimes autoritários, foi a declaração da primeira-dama de que o Palácio do Planalto já foi “consagrado a demônios” antes de Bolsonaro e a postagem mentirosa da ex-ministra Damare Alves afirmando que o governo Lula – o qual se refere como “governo das trevas” – incentivava o uso de drogas, inclusive crack, na juventude.

Nas redes, as respostas das instituições democráticas e do TSE seguem sendo tímidas e pouco eficazes. Com todas as provas disponíveis e o farto material recolhido da campanha de fake news e impulsionamento massivo com dinheiro ilegal, que ocorreram em 2018, nada de efetivo foi feito. E a mesma máquina criminosa segue operando nas redes.

Nesse contexto, é importante a oposição e a nossa candidatura não perderem o foco, que é a vida do povo. Apesar de toda essa montanha de recursos que está sendo despejada em nossa economia, o custo de vida segue muito alto, os preços dos alimentos e da cesta básica não se estabilizaram e 33 milhões de brasi-

leiros ainda passam fome.

Com Bolsonaro, o salário-mínimo está novamente sendo archoado pela inflação. Nos governos do PT, o salário mínimo teve aumento real de 74%. Agora, a precarização do mundo do trabalho – em que mais da metade da classe trabalhadora não tem contrato com direitos, humilhada pela chamada carteira verde amarela – segue sendo uma dura realidade. A violência está por toda parte e 68 milhões de brasileiros estão inadimplentes

APESAR DAS PROMESSAS DO GOVERNO, A VIDA DO POVO PIOROU, COM INFLAÇÃO ALTA E O CUSTO DE VIDA ELEVADO. 33 MILHÕES PASSAM FOME

porque não têm renda para honrar compromissos frente às taxas de juros e os juros elevadíssimos.

Portanto, o foco da disputa política é a democracia, a economia e a vida do povo. O estelionato eleitoral de Bolsonaro precisa ser enfrentado, não é sustentável, mas o foco da disputa é a dura vida do povo. As medidas apresentadas geram uma sensação

de alívio a curto prazo, mas foram feitas para durarem até a eleição. Não há perspectiva de retomada de crescimento sustentável, de melhoria da distribuição de renda, de resgate das políticas educacionais e de saúde como foram nos governos do PT.

Em breve, começarão os eventos de campanha e o horário eleitoral de rádio e de televisão. Essa será a oportunidade de apresentarmos não só a força do nosso legado, mas, sobretudo, os projetos inovadores e portadores de futuro que irão tirar o Brasil do atoleiro deixado por Bolsonaro, devolvendo a renda, a dignidade, a justiça social, a soberania, a sustentabilidade e a esperança do nosso povo.

Como venho defendendo, falta pouco tempo e o país está em uma encruzilhada histórica. O pleito de outubro próximo é muito mais do que uma eleição, ainda que alguns candidatos não tenham se dado conta disso. Precisamos da força da nossa militância apaixonada mobilizada nas ruas e nas redes.

Há uma frase clássica sobre eleições: “é a economia quem decide, estúpido”. Precisamos colocar todo o foco na vida do povo. É a fome, o desemprego, o custo de vida, as perdas criminosas de vidas pelo negacionismo na pandemia, o abandono e deterioração da educação pública, a violência, é a pobreza que está em cada esquina e em toda parte.

O único caminho para derrotar essa devastação, esse isolamento do Brasil no concerto das nações, esse negacionismo autoritário e todos os valores anticivilizatórios de Bolsonaro é eleger Lula presidente. E é com o espírito de reconstruir o Brasil, que cumprimos essa missão histórica.

É Lula, lá! •

CAPA

A DEMOCRACIA É PARA TODOS



Carta em defesa do Estado Democrático de Direito chega a 1 milhão de assinaturas e inaugura uma nova frente de defesa das instituições e do processo eleitoral. De estudantes a professores, juristas e sindicalistas, empresários e banqueiros, todos estão juntos em defesa das eleições de 2022. Bolsonaro desdenha: “Carta em defesa da democracia vale menos que papel higiênico”

O Brasil assistiu na quinta-feira, 11, a um capítulo importante da nossa história e ao nascimento de uma nova etapa da organização social brasileira: a defesa intransigente da democracia por amplos setores da sociedade civil. Milhares de brasileiros estavam atentos ao que acontecia no pátio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Ali, num ato carregado de simbolismo e força política, oradoras e oradores se revezaram na leitura da Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito. O recado foi claro: “no Brasil atual não há mais espaço para retrocessos autoritários”.

Os pronunciamentos foram marcados por declarações em defesa do sistema eleitoral brasileiro, das urnas eletrônicas, da Justiça Eleitoral e da Constituição. E contra o autoritarismo e os retrocessos nas políticas sociais. Os oradores se emocionaram e comoveram o público na leitura da carta. Não houve menção direta ao presidente Jair Bolsonaro. Nem precisava.

“Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o Estado Democrático de Di-

reito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira”, diz um trecho da carta. “São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional”.

A comparação entre os ataques promovidos por apoiadores de Donald Trump em janeiro de 2021 na chamada invasão ao Capitólio - sede do Congresso dos Estados Unidos - também foi lembrada no documento. “Assis-

timos recentemente a desvarios autoritários que puseram em risco a secular democracia norte-americana. Lá as tentativas de desestabilizar a democracia e a confiança do povo na lisura das eleições não tiveram êxito, aqui também não terão”, aponta a carta.

Foram escolhidos como oradores do manifesto as professoras Eunice de Jesus Prudente e Maria Paula Dallari Bucci, o ex-ministro Flávio Bierrenbach - ex-presidente do Superior Tribunal Militar e um dos juristas que subscreveram o documento de 45 anos atrás - e a vice-diretora da faculdade, Ana Elisa Bechara.

A “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito” é uma epístola organizada pela Faculdade de Direito e ultrapassou a marca de 1 milhão de assinaturas. Trata-se de uma atualização da “Carta aos Brasileiros” lida em 1977 pelo professor Goffredo da Silva Telles Junior, um marco na luta contra a ditadura militar. Entre os signatários estão os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Fernando Henrique Cardoso.

O recado dos signatários ao presidente da República ficou evidente: “Nossa consciência cívica é muito maior do que ima-

**“SABEMOS
DEIXAR AO LADO
DIVERGÊNCIAS
MENORES EM
PROL DE ALGO
MUITO MAIOR, A
DEFESA DA ORDEM
DEMOCRÁTICA”**



RETROCESSO JAMAIS No pátio das arcadas, na Faculdade de Direito, oradores se revezam na leitura do manifesto

ginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática”, diz o manifesto.

O mandatário reagiu com a repulsa de sempre. Na noite de quinta-feira, foi às redes sociais para expressar sua repulsa aos signatários da carta em defesa da democracia. E disse que o texto “vale menos que papel higiênico”. O asco do presidente aos vigorosos atos na Faculdade de Direito da USP não impediu o sucesso do evento, que ganhou ampla repercussão dentro e fora do país.

No pátio interno, foram penduradas as faixas “Para que não se esqueça”, “ditadura nunca mais” e “Estado de Direito sempre!”. Antes mesmo de o ato co-

meçar, a mestre de cerimônias pediu para que não houvesse gritos contra Jair Bolsonaro nem em defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No fim do ato, porém, um grupo numeroso de participantes puxou um “Fora, Bolsonaro” e “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”.

A manifestação foi organizada como resposta às recorrentes ameaças feitas pelo presidente e seus apoiadores radicais, que têm atacado reiteradamente a lisura do processo eleitoral, insinuando que as urnas eletrônicas estariam sujeitas às fraudes para impedir a sua reeleição. Um delírio de quem sabe que vai perder as eleições em outubro para Lula.

Antes deste ato, houve ainda a leitura de outra carta pró-democracia, liderado pela Fiesp e que conta com a assinatura de 107

instituições, como instituições financeiras, centrais sindicais, universidades, ONGs e outras organizações. A leitura foi feita pelo ex-ministro da Justiça José Carlos Dias. Ele lembrou da época em que ajudou na confecção da carta contra a ditadura militar.

“Hoje é outro momento grandioso, em que capital e trabalho se juntam em defesa da democracia”, disse. “Estamos celebrando aqui com alegria, com entusiasmo, o hino da democracia”. Discursaram ainda professores, sindicalistas, líderes de movimentos populares, empresários e advogados.

Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp, e Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, dividiram o microfone com Telma Aparecida, presidente da CUT-SP, Beatriz Lourenço do Nascimento,

da Coalizão Negra por Direitos, e Raimundo Bonfim, da Central dos Movimentos Populares e Frente Brasil Popular, entre outros.

Nenhum representante de partido político falou no evento. Mas vários deles circularam no local, como Fernando Haddad, Márcio França, Guilherme Boulos e Marina Silva. Ou o agora ex-vereador Renato Freitas (PT), de Curitiba. Além de artistas, como Daniela Mercury, o ex-jogador e comentarista esportivo Walter Casagrande Jr., e o coordenador nacional do MST João Paulo Rodrigues.

A uma pergunta sobre o fato de, após quase meio século do ato de 1977, a sociedade brasileira ainda precisar sair em defesa da democracia, o ex-ministro do Superior Tribunal Militar, 82 anos, formado em Direito justamente em 1964, comentou com tranquilidade: “Daquela vez deu certo, desta vez vai dar também”.

A professora Eunice Prudente, da USP e da Faculdade Zumbi dos Palmares, se diz esperançosa de uma mudança na atmosfera política. “Por onde vou, vejo uma atenção muito grande com a questão da democracia”, afirmou. Ao mesmo tempo, ela disse não acreditar em golpe ou algo dessa natureza. “Não vejo isso, não. Acho que a gente vai conseguir”, disse à Rede Brasil Atual.

No ato que precedeu a leitura da Carta, o diretor da Faculdade de Direito, Celso Fernandes Campilongo, formado em 1980, lembrou que Estado de Direito consiste, basicamente, em respeito às leis. “Tudo isso que não estão querendo fazer com o nosso processo eleitoral”, disse. Ele lembrou que, no caso das eleições há apenas uma autoridade competente, o TSE. “O resto é gente sem competência jurídica e sem competência moral para se intrometer no processo eleitoral brasileiro”, completou. •



DEMOCRACIA Na UnB, estudantes, advogados e professores fizeram a leitura da nova Carta aos Brasileiros em defesa do Estado de Direito

ATOS POR TODO O PAÍS

Manifestações da sociedade civil em todas as capitais brasileiras também trataram de repercutir a Carta em defesa da democracia

A democracia uniu o Brasil na quinta-feira, 11 de agosto. Em pelo menos 77 faculdades de Direito de 26 estados brasileiros e do Distrito Federal foram promovidos atos em defesa do Estado Democrático de Direito, com estudantes, professores, trabalhadores e empresários participando da leitura da Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito. As manifestações foram marcadas por protestos contra Bolsonaro.

Em Brasília, juristas, estudantes e professores da Universidade de Brasília (UnB), além de representantes de entidades sindicais, realizaram um ato em defesa da democracia e de eleições livres, na Faculdade de Direito. Durante a manifestação, o grupo leu quatro cartas: uma dos estudantes de direito da universidade, uma da Faculdade de Direito da UnB, uma da Coalizão em Defesa do Sistema Eleitoral e a carta da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Em Belo Horizonte, três manifestações foram lidas ao público: Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito, da Universidade de São Paulo (USP); o Manifesto à Nação em Defesa da Democracia, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e a Nota Pública da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em Porto Alegre, estudantes, sindicatos e associações participaram do ato em defesa da democracia com a leitura da carta na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos gritos de “Fora, Bolsonaro”, os estudantes protestavam contra o corte de verbas.

Em Salvador, o movimento estudantil foi o protagonista dos protestos em defesa da democracia, percorrendo as ruas do centro da capital. No Recife, o ato ocorreu na escadaria da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A leitura da carta foi dividida por líderes de movimentos sociais. •



ATAQUE INFUNDADO No início de julho, o presidente lançou dúvidas sobre as urnas eletrônicas em encontro com embaixadores no Alvorada.

MORDE E ASSOPRA

Bolsonaro volta a atacar as urnas eletrônicas e toma invertida do TSE, que exclui coronel da fiscalização e nega ao Ministério da Defesa acesso a dados das eleições de 2014 e 2018

O presidente Jair Bolsonaro mantém a tática de ataques frenéticos e recuos estratégicos em relação às instituições do Poder Judiciário. Na mesma semana que aceitou o convite do ministro Alexandre de Moraes para a posse à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-capitão do Exército mostrou que vai continuar a colocar a Justiça Eleitoral em xeque. Ele não se emenda. Mas levou dessa vez uma invertida.

Na segunda-feira, 9, em reunião com banqueiros e empresários na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo, Bolsonaro voltou a atacar as urnas eletrônicas. Ele ironizou que o setor financeiro não deveria gastar dinheiro com defesa cibernética, mas pegar a tecnologia do TSE que é “intransponível, impenetrável, inexpugnável”. Desde o início do voto eletrônico no Brasil, em 1996, nenhum caso

de fraude foi identificado.

“Temos lá em Brasília, tem (sic) um órgão intransponível, impenetrável, inexpugnável. Vão para lá, para pegar a tecnologia deles. É isso que está causando aqui esse ‘burburinho da democracia’”, disse cheio de ironia em referência à Carta pela Democracia, assinada pela Febraban e lida na quinta-feira, em dezenas de atos realizados em todas as capitais brasileiras.

“O voto é a alma da democracia e nós lutamos por transparência, nada além disso. E se as Forças Armadas foram convidados a participar da comissão e apresentaram sugestões, deixa as equipes técnicas discutir. Quem sabe as Forças Armadas estejam equivocadas, mas não impedir essa aproximação e essa conversa”, ironizou.

A reação da Justiça Eleitoral veio no mesmo dia. O TSE anunciou que estava excluindo o coronel Ricardo Sant’anna do gru-

po de fiscalização do processo eleitoral. O TSE tomou a decisão depois que Sant’anna foi flagrado espalhando fake news sobre as urnas eletrônicas. Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que o trabalho de fiscalização do sistema é “técnico” e “estritamente institucional”.

O TSE ainda negou parcialmente um pedido das Forças Armadas de acesso a arquivos das eleições de 2014 e 2018. A resposta foi enviada ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira. O recado foi direto: as entidades fiscalizadoras não têm “poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE”.

Bolsonaro tem sustentado que as eleições de 2014, em que Dilma Rousseff foi consagrada nas urnas com 54,5 milhões de votos pela sua reeleição, e a de 2018, em que ele próprio foi eleito, teriam sido fraudadas. Pura teoria da conspiração.

Na sexta-feira, 12, o TSE acautou uma ação do Ministério Público Eleitoral contra Bolsonaro por conta dos ataques proferidos ao sistema eleitoral durante a reunião com embaixadores convocada no início de julho. O tribunal deu a ele o prazo de dois dias para apresentar uma defesa, a contar da data de sua intimação.

A ação foi protocolada pelo vice-procurador-geral eleitoral Paulo Gustavo Gonet Branco. Ele aponta para o fato de Bolsonaro ter convocado embaixadores para lançar dúvidas sobre o sistema eleitoral, mas também para a forma como o fez: apontou alegações já desmentidas anteriormente de forma pública pelo TSE, sem apresentar as respostas do tribunal ou dar qualquer chance de contraditório, inclusive por parte dos próprios embaixadores presentes.●



UM NOVO TEMPO Na sede da Fiesp, Lula disse que, em um eventual terceiro governo, os empresários terão um presidente da República dirigindo os destinos do país com credibilidade, estabilidade e previsibilidade

LULA DEFENDE REINDUSTRIALIZAÇÃO

Na Fiesp, ex-presidente reitera compromisso com os mais humildes e reiterou que a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento ocorrerá com Justiça Social

Entre os muitos encontros com diversos segmentos sociais, a reunião do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com empresários representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi o ponto alto da última semana. “Nosso programa de governo passa por compreender que esse país precisa se reindustrializar”, disse. E voltou a reiterar seu compromisso com a criação de empregos para o povo. Ele disse que este é um compromisso do seu programa de governo.

Ao lado de Josué Gomes, presidente da Fiesp e filho de José Alencar, vice-presidente da República nos dois mandatos com

Lula, o ex-presidente destacou a importância de o Estado atuar como agente do desenvolvimento. Ele ainda fez um panorama da situação atual do país, com instituições desacreditadas, sem respeito internacional e a volta da fome.

Lula afirmou que nenhum governo pode dar certo se não tiver credibilidade, estabilidade e previsibilidade. Durante seu pronunciamento perante os mais de 300 convidados da Fiesp, Lula lembrou que durante seus mandatos, de 2003 a 2010, a dívida do país foi reduzida de 65% do PIB para 40%. Foi no seu governo que o Brasil quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional.

“Ninguém quer desmontar o

que está dando certo. O que a gente quer é fazer com que as coisas que não estão certas fiquem certas”, disse. “Se eu for eleito, a primeira coisa que vou fazer é reunir os 27 governadores para reconstituir o pacto federativo e pensar um pacote de infraestrutura com as principais obras que precisam ser feitas em cada estado. E vou ajudar os governadores a buscarem investimentos”.

O ex-presidente lembrou o legado de seus governos, com redução da dívida pública, crescimento econômico com justiça social, maior fluxo de comércio exterior da história, investimento pesado em educação e criação de emprego e das reservas cambiais. E declarou que, naquela

época, o país deu um salto de qualidade.

“Nós fizemos aquilo que a sociedade nos incentivou a fazer. Muitas das políticas públicas foram deliberadas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Todas as políticas foram tiradas de 74 conferências nacionais. É por isso que o país deu certo”, afirmou, lembrando da importância da inclusão dos pobres no orçamento para dar jeito no país. “Nunca o país viveu um estágio de alegria coletiva como naquele período”.

Em discurso de abertura, o presidente da Fiesp sinalizou as demandas do setor. Josué Gomes ressaltou a necessidade de reindustrialização, considerando os avanços tecnológicos, a digitalização dos processos, a inteligência artificial e a questão climática. “A economia de baixo carbono é imperativa, tendo em vista a emergência climática que está aí a nos cobrar soluções. Não podemos ignorar tais mudanças e a esperada reindustrialização do país passa por essas questões e pelo desenvolvimento tecnológico”, afirmou.

O empresário ainda defendeu mudanças no sistema tributário, “anacrônico e burocrático”, para desafogar setores importantes da economia nacional. “A indústria de transformação representa 30% dos impostos arrecadados e só 11% do PIB”, disse, lembrando que o setor já foi responsável por 27% da riqueza produzida pelo país. Daí a necessidade de investimentos em infraestrutura.

Lula destacou que, em seu governo, o país assistiu à criação do maior projeto de infraestrutura da história do Brasil: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lula e ressaltou também a necessidade de o desenvolvimento respeitar a questão ambiental. “A economia de baixo carbono é uma necessidade para

a competitividade e é um jeito de ganhar dinheiro também. Temos que discutir como tirar proveito das riquezas que a gente tem”

Lula anunciou que, se eleito, vai conduzir uma reforma na máquina pública. “Vamos ter de fazer uma reforma administrativa”, disse. “Tem pouca gente [em carreiras do setor público] ganhando muito e muita gente ganhando muito pouco. É preciso tentar fazer um equilíbrio”. Ele ainda acrescentou que há urgência na aprovação de uma reforma tributária, inclusive com a tributação de lucros e dividendos e aumento da taxaço dos mais ricos.

Além das duas reformas, a sinalização para o agronegócio foi bem recebida após a aproximação da campanha do PT, via articulação do candidato a vice na chapa de Lula, o ex-governador Geraldo Alckmin, com o setor. Essa movimentação foca no grupo do agro que precisa para os seus negócios que o país avance nas causas ambientais após o retrocesso desencadeado pela ação criminosa do governo Bolsonaro.

A pedido de Lula, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, que é coordenador do plano de governo do PT, e o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), candidato a vice-presidente, também falaram aos empresários. Mercadante fez uma defesa da reindustrialização e do fortalecimento do Estado e deu ênfase à necessidade de atenção à questão climática.

Alckmin agradeceu à Fiesp por liderar a confecção de uma carta a favor da democracia e do Estado de Direito. Também acompanharam Lula no evento da Fiesp, entre outros, o economista André Lara Resende, ex-presidente do BNDES e um dos formuladores do Plano Real, em 1994. •

CRESCIMENTO COM EMPREGO E RENDA

O crescimento econômico e a geração de emprego e renda são prioridades do plano de governo. Em reunião na quarta-feira, 10, com representantes do setor varejista, em São Paulo, o ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador do programa, reafirmou o compromisso da chapa Lula-Alckmin em reconstruir o Brasil e criar condições para que as famílias possam consumir.

A um grupo de associados do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Mercadante disse haver espaço para discutir a reforma tributária e destacou a necessidade de resolver problemas como informalidade no mercado de trabalho, inadimplência e endividamento. Atualmente, mais de 60 milhões de brasileiros sofrem com dívidas que comprometem cerca de 50% da renda, realidade que repercute diretamente no comércio varejista.

Presidente do IDV, Jorge Gonçalves Filho fez uma apresentação sobre o varejo, que representa 28% do PIB e soma 34 mil lojas, 361 centros de distribuição, R\$ 500 bilhões de venda e 830 mil empregos diretos. E sinalizou as principais pautas: “simplificação do sistema tributário, segurança jurídica, integração das regras de negócios entre operações físicas e digitais e eliminação/reavaliação de subsídios e incentivos fiscais”.

Mercadante defendeu o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, com os bancos públicos atuando como financiadores. “Precisamos reduzir o custo do crédito e o BNDES é vital neste processo”, afirmou. E destacou o potencial do Brasil de assumir protagonismo na disputa geopolítica na economia do pós-pandemia •



AGORA A CORRIDA É PARA VALER

Às vésperas do início da campanha eleitoral, com propaganda no rádio e na TV, institutos mostram Lula estável na liderança da disputa eleitoral, com o líder da extrema-direita crescendo

Matheus Tancredo Toledo

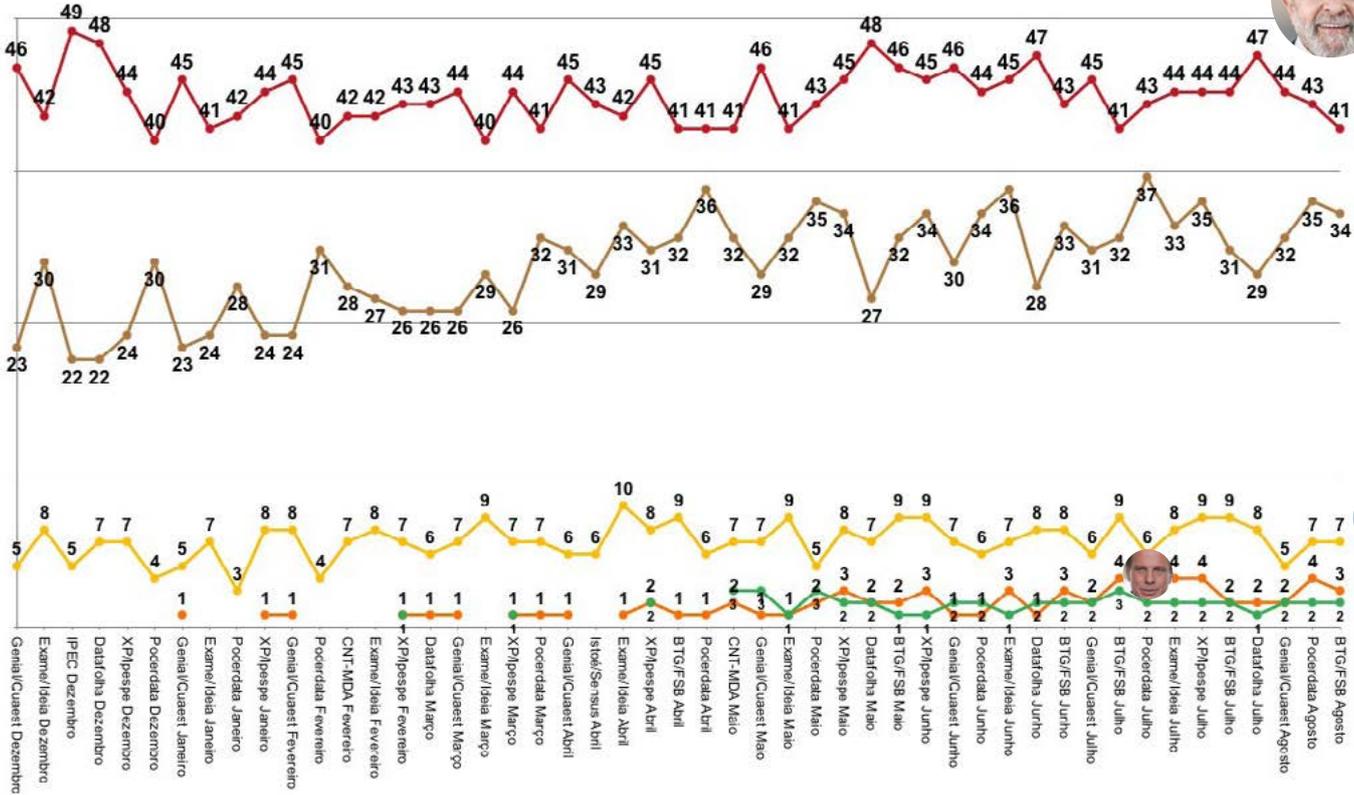
Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre as pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos. Fazemos um balanço do que os levantamentos têm mostrado sobre a opinião pública às vésperas do início da campanha elei-

toral. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue na liderança da disputa, está em situação de estabilidade, mas Jair Bolsonaro está crescendo.

A pesquisa mais recente, realizada pelo instituto FSB Pesquisa em parceria com o banco BTG Pactual, entre os dias 5 e 7 de agosto, com 2 mil eleitores e margem de erro de 2 pontos percentuais, confirma Lula segue líder nos cenários de intenção de voto no primeiro turno.

O ex-presidente oscilou 3 pontos, negativamente, dentro da margem de erro, retornando ao patamar mensurado pela pesquisa na primeira quinzena de julho. Bolsonaro, em segundo, cresceu 3 pontos e manteve o patamar de seis pesquisas anteriores.

Na sequência, aparecem Ciro Gomes, com 7%, Simone Tebet (3%) e André Janones (2%) – o então pré-candidato do Avante retirou sua candidatura e anunciou apoio a Lula. Os demais candida-



tos e candidatas não ultrapassaram a marca de 1%.

Nos cenários de segundo turno, Lula alcança 51% dos votos totais contra 39% de Bolsonaro. A mesma oscilação de ambos os candidatos no cenário de primeiro turno se deu no segundo, 3 pontos a menos para Lula e 3 pontos a mais para Bolsonaro. Houve queda de 5 pontos na rejeição eleitoral ao atual presidente. Agora, 53% dizem não votar em Bolsonaro de jeito nenhum, acima da margem de erro. E houve aumento de 3 pontos na rejeição a Lula - agora são 45%.

A pesquisa confirma tendências que outros levantamentos mostraram nas últimas semanas. Por um lado, Bolsonaro tem crescido paulatinamente nos últimos meses e reduzido a diferença para Lula no primeiro e no segundo turno, em ritmo ainda insuficiente para mudar o quadro de liderança de Lula nas pesquisas, com vantagem considerável para o atual presidente.

Na pesquisa Genial/Quaest divulgada na semana passada, por

exemplo, Lula teria os mesmos 51% contra 37% de Bolsonaro - a vantagem que agora é de 14 pontos era de 20 pontos até junho deste ano. A polarização está bastante consolidada, e mais de 80% dos eleitores de Lula (81%) e Bolsonaro (82%) estão decididos do seu voto - o que representa um total de 60% do eleitorado.

No período de campanha que se inicia, veremos uma maior frequência na divulgação de pesquisas eleitorais. Até o momento, elas expressaram uma rejeição substancial e consistente a Bolsonaro e uma vantagem significativa de Lula sobre o atual presidente.

As próximas pesquisas medirão o impacto tanto do pacote bilionário de benefícios e auxílios concedidos pelo governo para turbinar as chances de reeleição de Bolsonaro, às vésperas do pleito. É uma tentativa do presidente de evitar a resolução do pleito em único turno e viabilizar sua reeleição, quanto do início da campanha nas ruas, no rádio e na televisão. •

QUAEST: EM SP, HADDAD COM 34%

Uma nova pesquisa Quaest, divulgada na quinta-feira, 11, mostra o ex-prefeito Fernando Haddad na liderança na disputa ao governo de São Paulo, com 34% dos votos. O ex-ministro Tarcísio de Freitas, aliado de Jair Bolsonaro (PL), e o governador Rodrigo Garcia (PSDB) aparecem empatados no segundo lugar, com 14%.

A vantagem de Haddad se dá, principalmente, entre eleitores da faixa entre 16 e 24 anos (41%) e que completaram até o ensino fundamental (38%). Entre a parcela da população que ganha entre dois a cinco salários mínimos (35%), para as mulheres e os católicos (ambos com 36%) o índice também é alto.

Em caso de segundo turno, Haddad vence de Tarcísio e Garcia. Contra o candidato de Bolsonaro, o petista ganha com 44% contra 31%. No caso do tucano, seria 41% contra 32%. •



AUXÍLIO BRASIL NÃO REVERTE A POBREZA

A fila de beneficiários não para de aumentar, mas o problema real é que a pobreza só cresce. Dados da FGV mostram que o país tem 20 milhões de pessoas em situação de pobreza nas grandes metrópoles. “Os pobres passaram de 65,4 milhões, no início da pandemia, para 71,9 milhões, no começo de 2021. Uma variação muito grande”, lamenta Marcelo Neri. Este é o grande legado econômico de Paulo Guedes e Bolsonaro

O governo Bolsonaro abriu as torneirinhas do Tesouro para conceder o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600 para a população vulnerável, a partir da terça-feira, 9, mas a benesse é temporária. Bolsonaro só concedeu o benefício maior na tentativa de se reeleger presidente da República. A bondade acaba em dezembro e não há previsão no orçamento para manter o programa em 2023.

Economista da FGV Social, o ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff Marcelo Neri critica o desenho do Auxílio Brasil, que não leva em conta tamanho da família nem grau de pobreza. O fato é que, desde o Golpe de 2016 e a adoção da política de ajuste fiscal a qualquer custo, a pobreza no Brasil só tem aumentado, ano após ano, configurando uma tragédia social sem precedentes na história recente.

O pacote de estímulos fiscais que o Planalto começou a colocar na rua tem custo de R\$ 41,5 bilhões, e representa uma bomba-relógio para o próximo governo. Além do pagamento até dezembro de R\$ 600 do Auxílio Brasil, o pacote do governo inclui ainda o aumento de 100% do vale-gás para famílias de baixa renda, o pagamento de auxílio para caminhoneiros e outro para taxistas. O Auxílio Brasil é o programa de maior alcance: sendo pago a 20,2 milhões de famílias. É

R\$ 41,5 BILHÕES

É O CUSTO DO "PACOTE DE BONDADES" LANÇADO PELO GOVERNO PARA A REELEIÇÃO DO PRESIDENTE

pouco, mesmo tendo crescido.

A ampliação da fila do Auxílio Brasil, que atingiu 1,5 milhão de famílias este mês, o dobro da quantidade de dois meses atrás, com mais de 130,5 mil famílias na fila nas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, tem chamado a atenção.

Apesar dos problemas de desenho, assim como ocorreu no momento mais agudo da pandemia, o novo auxílio tende a reduzir agora a pobreza. Mas o ex-ministro Marcelo Neri lembra que em março de 2020, o número de pessoas que estavam abaixo da linha era de 64,5 milhões. Em agosto daquele ano, sob o efeito do auxílio, o número

caiu para 42 milhões, atingindo 71,9 milhões no começo de 2021. "O pacote tem boas e más notícias. As boas vêm na frente. As más vêm depois", aponta. "Quando o auxílio entra, a pobreza cai. Mas, quando ele sai, gera um aumento de pobreza maior que a redução inicial".

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, Neri alerta que o aprofundamento da pobreza nas metrópoles brasileiras nos últimos três anos é enorme. Em 2019 e 2020, havia 15,7 milhões e 15,9 milhões de pessoas em situação de pobreza nessas regiões, respectivamente. Abaixo da linha da extrema pobreza eram 3,52 milhões e 3,69 milhões. Agora, são mais de 20 milhões.

A situação é mais crítica no Norte e no Nordeste, em função da estrutura da economia, com grande parte da mão de obra informal e o setor de serviço especializado bastante inchado. No Recife, por exemplo, o grupo de pessoas extremamente pobres, cuja renda domiciliar per capita mensal não passa de R\$ 160, saltou de 6,3% para 13% entre 2020 e 2021. No mesmo período, em Salvador, o número de pessoas em situação de pobreza extrema saltou de 9,4% para 12,2%.

A comparação é ainda mais drástica quando observada em relação a 2014, quando a situação

POBREZA PODE CRESCER MAIS

Ex-presidente do IPEA e ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff, Marcelo Neri diz que o governo Bolsonaro conseguiu aumentar o número de brasileiros vivendo em situação de pobreza em apenas três anos

Custódio Coimbra / Agência O Globo



começou a piorar. Salvador tinha extrema pobreza em 2,8%, e Recife em 5,7%. No Rio, a extrema pobreza passou de 2,7% em 2014 para 7,3% em 2021. Isso tudo é fruto da política econômica genocida desenhada por Paulo Guedes e adotada com ferro e fogo por Jair Bolsonaro.

O ex-presidente do IPEA também criticou duramente o governo por permitir que as famílias beneficiárias pelo Auxílio Brasil possam pegar empréstimo consignado junto ao bancos e entidades do sistema financeiro. A medida que vincula o empréstimo consignado ao Auxílio Brasil foi assinado na sexta-feira, 12. Assim, quem recebe o benefício, assim como outros benefícios de transferência de renda, poderá fazer empréstimo com desconto direto na fonte até 40% do valor recebido do governo.

A injeção temporária de dinheiro no bolso dos brasileiros “é uma montanha russa ruim”, diz Néri, apontando que a medida causa instabilidade e é ainda pior para os mais pobres. Ele diz que oferecer crédito consignado para pessoas que recebem benefícios sociais é especialmente perigoso. “Pegar crédito é comparável a andar de bicicleta. Você começa com duas rodinhas, depois uma. Mas o que o governo está falando hoje (oferecendo o consignado) é para o povo descer a ladeira sem rodinhas sem nunca ter andado antes”, compara.

Quem pegar um empréstimo de R\$ 1.600 poderá pagar ao longo de 24 meses um total de R\$ 3.840. Isso não só é abuso, mas tem um componente de má-fé e de exploração da miséria. Isso significa que o dinheiro dos impostos que sustenta os benefícios sociais vai mesmo para o bolso das instituições financeiras que atravessaram toda a pandemia batendo lucros recordes. O governo Bolsonaro atua como um Robin Hood às avessas, que tira dos pobres para entregar

o dinheiro aos banqueiros.

A concessão de crédito consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil, com desconto diretamente a fonte, evidencia um alto risco de endividamento para quem já vive abaixo da linha da pobreza. Uma medida adotada sem estudos de impactos, que além do risco de inadimplência, indica que a política pública de transferência de renda é insuficiente para combater a pobreza extrema aponta o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

**MARCELO NÉRI:
“QUANDO O AUXÍLIO
ENTRA, A POBREZA
CAI. MAS, QUANDO
SAI, GERA UM
AUMENTO DE
POBREZA AINDA
MAIOR QUE A
REDUÇÃO INICIAL”**

midor (Idec).

A entidade se juntou a outras organizações da sociedade civil para lançar uma Campanha em Defesa da Integridade Econômica da População Vulnerável. Além do Idec, também participam da campanha a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, assim como outras organizações jurídicas e de defesa do consumidor. Todas alertam que os juros de mercado cobrados dos pobres e vulneráveis dobra o valor da dívida. É um escândalo. •

UM NOBEL PARA PAULO GUEDES?

O fracasso está subindo à cabeça dos principais nomes do governo. Depois do legado de 760 mil mortos pela pandemia, a destruição de milhões de empregos, a formação de um exército de 50 milhões de trabalhadores vivendo na informalidade e ter ampliado a pobreza e a fome no país, os filhos do presidente Jair Bolsonaro agora lutam para assegurar o prêmio Nobel de Economia para o ministro Paulo Guedes. Sim. É isso mesmo.

No ano passado, o prêmio foi dado ao canadense David Card, ao americano Joshua D. Angrist e ao holandês Guido W. Imbens por um estudo sobre mercado de trabalho e inovações causais que impactam no crescimento econômico. Paulo Guedes não tem muito o que mostrar: a inflação dos alimentos chegou a 9,83% em apenas sete meses. Além disso, o Brasil tem hoje 33 milhões de pessoas passando fome.

Entre as nulidades que assinam a petição para conceder o Nobel de Economia a ao ministro estão Janaína Paschoal, Carla Zambelli e toda sorte de bolsonaristas. Na justificativa, o abaixo-assinado, que já tem 6 mil assinaturas, diz que “não restam quaisquer dúvidas quanto ao gestor que melhor tem conseguido sucesso ao administrar uma economia em estresse”.

O abaixo-assinado é endereçado a duas assessoras de imprensa da Academia Sueca de Ciências. Elas dizem não ter conhecimento do movimento e afirmam que não têm poder decisório sobre a decisão do prêmio. As indicações para o prêmio são discutidas por um comitê de especialistas e acadêmicos. Ainda não foi desta vez, Paulo Guedes. •



DE OLHO NO GUEDES

Governo jura que venceu o dragão da inflação, mas o que está acontecendo de fato é que o povo não tem dinheiro para ir às compras. Apesar da deflação de 0,63%, os alimentos subiram em julho nada menos do que 1,3%. Pobres são mais prejudicados

O Palácio do Planalto e os assessores de Paulo Guedes soltaram rojões na semana passada, comemorando que o Brasil estaria vivendo uma queda generalizada de preços, um fenômeno econômico conhecido como deflação. Infelizmente, é mais uma ilusão, uma mentira, vendida pela máquina de fake news do governo Bolsonaro. Não dá para comemorar nada. Na busca desesperada por votos para evitar a inadiável derrota eleitoral para Lula em outubro, Bolsonaro tenta sair das cordas. Mas o fato é que a inflação não está recuando. O milagre vendido é apenas ilusão.

Mas é ruim. Agora, Bolsonaro, Guedes e os Chigago boys da equipe econômica deram para chamar de “deflação” a queda tarifária pontual da gasolina-etanol-energia elétrica que influenciou o recuo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em -0,68% em julho. “Todos os preços precisam cair de forma sistemática para configurar deflação. Índice abaixo de zero em um mês não é considerado deflação”, explica Emerson Marçal, coordenador do curso de Economia da FGV em São Paulo.

O que está acontecendo de fato é que o povo não tem dinheiro para ir às compras, a pobreza continua crescendo e a miséria já

deixou 33 milhões de brasileiros sem ter o que comer. A inflação de alimentos continua a se aproximar da marca dos 10% – está em 9,83% até julho – apenas nos últimos sete meses. O percentual é mais do que o dobro da inflação do período medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA): 4,77%.

Os dados de julho do IPCA e do aumento dos alimentos foram divulgados na quarta-feira, 10. Embora o país tenha registrado recuo dos preços de 0,68% em julho, os alimentos subiram 1,3% no mesmo período. Só o leite longa vida subiu 25,46% em no mês passado, tendo já subido 10,72% no mês anterior. O preço

do leite pressionou o custo de derivados: o queijo subiu 5,28% em julho; a manteiga, 5,75%; e o leite condensado, 6,66%. No ano, o mesmo leite já subiu 77,84%. Os derivados subiram 39,58%. Outro destaque do mês foram as frutas, com alta de 4,40%.

“Essa é na verdade a notícia mais importante, porque é a que mais afeta a população mais pobre. Houve um aumento real dos alimentos, o que significa que a cada visita que a família faz ao mercado, ela volta com menos alimentos”, aponta o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A taxa acumulada do IPCA em 12 meses segue em dois dígitos (10,07%). O indicador oficial da inflação está nesse patamar desde setembro de 2021.

Sequência tão longa não ocorria desde o período entre 2002 e 2003. À época, o índice permaneceu acima de 10% por 13 meses consecutivos, de novembro de 2002 a novembro de 2003, quando a equipe econômica do governo Lula domou o legado inflacionário do governo Fernando Henrique Cardoso.

Dessa forma, a queda em curto prazo do IPCA – como ocorrerá no Brasil de Bolsonaro e do ministro Paulo Guedes – não configura por si um processo deflacionário. Sequer permite-se dizer que a deflação é uma tendência para os próximos meses. Esta

pode vir a se confirmar apenas quando a baixa de preços afeta prolongadamente uma grande gama de produtos e serviços. Não é o caso.

Reduções em poucos segmentos, como as atuais – apenas em dois dos nove grupos considerados na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – não significam deflação. Mas como cada segmento tem um peso diferente na composição do indicador, a queda de preços numa área importan-

te pode puxar a média para baixo, mesmo que a tendência não seja geral.

É o que ocorre agora com a redução temporária e por “caneçada presidencial” dos preços de combustíveis e da energia elétrica, que têm forte impacto nas despesas de transportes e habitação, dois grupos com grande peso no cálculo do IPCA. Por isso a queda tarifária puxou o índice para baixo. Mas esse é

um evento esporádico, e não ditado pela maioria dos preços.

O índice de difusão, que mede a disseminação da carestia entre produtos e serviços, está em 63%. Então, quase dois terços dos preços que compõem o IPCA, na verdade, continuam subindo. “Do jeito que a deflação aconteceu, ela beneficia principalmente o brasileiro mais rico, que consome gasolina e gasta mais energia. É uma queda que foi mais sentida pelos ricos”, completa Braz. •

HOUVE UM AUMENTO REAL DOS ALIMENTOS, O QUE SIGNIFICA QUE A CADA VISITA QUE A FAMÍLIA FAZ AO MERCADO, ELA VOLTA COM MENOS ALIMENTOS

GUEDES ATACA DE NOVO: ECONOMIA EM DESACELERAÇÃO

O governo continua vendendo céu de brigadeiro na economia, apesar da dura realidade mostrada pelos operadores do mercado financeiro e do próprio Banco Central. Na segunda, 15, a prévia do PIB subiu meros 0,57% no segundo trimestre. O dado do BC confirma desaceleração econômica. O índice fica bem abaixo do 1,11% visto no primeiro trimestre.

Considerada a “prévia” do PIB brasileiro, o indicador perdeu força em relação ao primeiro trimestre, quando a variação foi de 1,11% – em um sinal de desaceleração da economia no período.

Na comparação com o mês de maio, o IBC-Br apresentou uma expansão de 0,69% e interrompeu uma sequência de dois meses em queda. Segundo o Banco Central, a expansão acumulada pela economia brasileira no primeiro trimestre ficou em 2,24% (dados sem ajuste sazonal), enquanto o crescimento em 12 meses até junho ficou em 2,18% – dados sem ajuste sazonal.

A desaceleração no segundo trimestre já era esperada. No período, houve aumento da inflação – +10,07% nos últimos 12 meses – e aumento da taxa de juros da economia – 13,75%, maior percentual desde a saída de Dilma, em 2016.

Por fim, na média móvel trimestral, usada para captar tendências, o IBC-Br teve queda de 0,03% em relação aos três meses encerrados em maio. •

ARMADILHA CONTRA OS POBRES

Governo beneficia bancos ao permitir empréstimo consignado a quem recebe Auxílio Brasil, agravando ainda mais o endividamento de quem já está em situação de miséria e enfrenta o desemprego

Reginaldo Lopes

O governo Bolsonaro armou uma verdadeira cilada contra os pobres ao liberar crédito consignado com juros de agiota para famílias que participam de programas federais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil. Com juros escorchantes que podem chegar a 98% ao ano, a suposta bondade é na verdade uma bomba-relógio contra os pobres, para ampliar seu endividamento e até comprometer o auxílio pago mensalmente. Na prática, trata-se de retirar dinheiro dos pobres e passar para os bancos.

Diante dessa armadilha montada por Bolsonaro, apresentei, junto com o deputado Alencar Braga (PT-SP), o Projeto de Lei 2.185, para que os juros sobre o empréstimo consignado a quem recebe Auxílio Brasil sejam de 6,16% ao ano, a taxa de remuneração da caderneta de poupança, mais até 5%. Esse percentual está muito próximo da atual taxa Selic (13,75%) e muito menor do que as taxas de juros cobrados pelo mercado financeiro neste tipo de operação de crédito.

É grave o fato de a Lei 14.431/2022 sancionada pelo presidente, fruto da Medida Provisória 1.106, aprovada pelo Congresso, comprometer até 40% do benefício sem limites para cobrança de juros. Ou seja, com parcelas de até R\$ 240, já que o benefício, até dezembro, é de R\$ 600 por mês.



Quem precisa de R\$ 2 mil, paga quase R\$ 4 mil no final. Isso precisa mudar. Os lucros dos bancos não podem se dar às custas da boa fé do povo e de sua situação de vulnerabilidade!

A lei que cria o 'Auxílio Banqueiro' simplesmente agrava ainda

mais o endividamento de quem já está em situação de miséria e enfrenta o desemprego, a inflação e a falta de perspectivas em decorrência de um governo que prima por enriquecer ainda mais milionários e bilionários enquanto cresce a pobreza no país. O governo dá com uma mão e tira com outra. Um absurdo.

Os bancos vão emprestar com baixíssimo risco, já que as parcelas ficam retidas pelo governo federal, e estratosféricas taxas de remuneração, uma verdadeira agiotagem em cima das camadas pobres do País. O recurso destinado pelo Auxílio Brasil deve ser direcionado em sua maior parte para as famílias e não sofrer qualquer tipo de desvio, como quer o governo federal.

Instituições que atuam em defesa do consumidor alertam que a lei foi sancionada sem qualquer providência para coibir o assédio das instituições financeiras. Agentes do "mercado" desrespeitam os consumidores diuturnamente com publicidade enganosa sobre empréstimos consignados. Assédios que significam simplesmente golpe. E os mais humildes, sem conhecer regras sobre juros e em-

préstimos e vítimas de uma crise gerada por Bolsonaro, são os principais prejudicados.

Assumem dívidas que comprometem seu orçamento e ainda reduzem mais o benefício que é destinado a sua manutenção. Os benefícios sociais destinam-se a pessoas desempregadas, fora do mercado do trabalho e que não têm outra renda. Precisam ser defendidas de agiotas que agem com o beneplácito de Bolsonaro. As famílias atendidas pelo Programa Auxílio Brasil estão em condição de vulnerabilidade, em situação de insegurança alimentar, e, neste contexto, o crédito consignado poderá agravar seus problemas.

O número de brasileiros endividados e com contas atrasadas não para de subir, numa clara demonstração da incapacidade de Jair Bolsonaro de melhorar a vida dos trabalhadores. Segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em julho passado 78% das famílias tinham dívidas e 29% estavam inadimplentes, ou seja, com contas atrasadas. São os maiores índices já registrados na história da pesquisa, que começou a ser feita em 2010. Isso porque governo não consegue apresentar soluções duradouras para a crise. São 66 milhões de brasileiros inadimplentes.

Num quadro de gravíssima crise social e econômica criado pelo governo Bolsonaro, a cilada armada contra o povo é inaceitável.

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.



UNIDADE LATINA A ex-presidente Dilma Rousseff cumprimenta Gustavo Petro durante a posse do novo presidente da Colômbia, cujo governo está cercado de grandes expectativas e muita esperança diante das desigualdades sociais

A ESQUERDA DIRIGE A COLÔMBIA

O presidente Gustavo Petro assume o governo em meio a grandes expectativas e enormes desafios, em festa carregada de simbolismo, como desfile com guarda indígena, a presença do Rei da Espanha e de nove chefes de Estado da América Latina

O centro de Bogotá estava repleto de símbolos. Havia a presença de familiares de guerrilheiro do M-19 assassinado há 30 anos, uma guarda indígena, o rei de Espanha Felipe VI, nove chefes de governo da América Latina e líderes de toda a esquerda global, inclusive a ex-presidente Dilma Rousseff. Todos foram acompanhar de perto a posse do novo presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que chegou ao governo carregando sobre si muitas expectativas e a esperança do país

O grande símbolo que moveu muitos na festa realizada na capital colombiana foi que o líder

de esquerda recebeu a faixa presidencial da senadora María José Pizarro, filha de Carlos Pizarro, ex-guerrilheiro do M-19, assassinado em 1990 quando disputava a Presidência. Depois de empregar a vice-presidente Francia Márquez e receber a espada de Simon Bolívar, Petro foi à praça, parafraseando o final do romance "Cem Anos de Solidão". E anunciou: "Hoje começa a nossa segunda chance".

"Petro, amigo, o povo está com você". Este foi o grito que Petro ouviu em uma praça de Bolívar lotada. A multidão esperava a festa desde o início da manhã, depois

de fazer filas e dar início a uma peregrinação à Plaza de Bolívar que foi vivida como uma festa. "Quem não pula é o infiltrado", cantava um grupo de adolescentes.

Entre as primeiras definições como novo presidente, está a vontade de cumprir o Acordo de Paz de Havana e abrir um diálogo com os grupos armados para encerrar seis décadas de conflito violento, que horrorizaram a Colômbia e fizeram do país um dos mais violentos do mundo nos anos 80. Petro enfatizou que para que a paz seja possível é preciso mudar a política contra os entorpecentes. "A guerra às drogas fa-

lhou”, disse o novo presidente. “A guerra às drogas matou 1 milhão de latino-americanos nestes 40 anos e deixou 70 mil norte-americanos mortos por overdose a cada ano. A guerra às drogas levou os estados a cometer crimes e evaporou o horizonte da democracia”.

O novo presidente colombiano prometeu combater a desigualdade e a fome, um dos grandes problemas sociais da Colômbia e de boa parte da região latino-americana. “Dez por cento da população colombiana tem 70% da riqueza. Isso é uma imoralidade”, disse. Ele imediatamente falou de dar início a uma reforma tributária. Trata-se de refazer o modelo neoliberal tão profundamente enraizado na Colômbia. O novo governo propõe como primeiras medidas de enfrentamento à pobreza, que atinge mais de 40% da população, uma lei contra a fome e uma renda básica, que constam do programa do Pacto Histórico.

Estas medidas requerem recursos. Para o professor Jairo Estrada Álvarez, do Departamento de Ciência Política da Universidade Nacional da Colômbia, a reforma tributária é fundamental para enfrentar essas iniciativas. “O novo governo encontra-se com um déficit fiscal superior a 7% do PIB, conseqüentemente, inicia seu mandato com o pote raspado, como se diz em linguagem coloquial. Se pretende realizar medidas redistributivas, exige recursos fiscais que deve ser fornecida pela reforma tributária”, disse ao argentino Página 12.

A reforma pode ter um valor estimado em US\$ 12 bilhões, o equivalente a 4 ou 5 pontos do PIB, e precisa redefinir a estrutura tributária que até agora favorecia o grande capital. A ideia de Gustavo Petro é cobrar tributos sobre os bens dos grandes setores da burguesia colombiana, que deve



FESTA POPULAR Na Praça Bolívar lotada, estudantes, trabalhadores e gente do povo acompanha a cerimônia de posse e o discurso do novo presidente

pagar mais impostos. A ideia, contudo, é não punir os setores médios e pobres com impostos mais altos”.

Em seu plano de governo, Petro anunciou que a igualdade de gênero é possível e que as tarefas de cuidado devem ser consideradas, já que as mulheres costumam dedicar três ou quatro vezes mais horas a elas. “É hora de combater essas desigualdades e equilibrar a balança”, disse, anun-

ciando que Francia Márquez vai liderar o Ministério da Igualdade.

Juntamente com Márquez, feminista e ativista ambiental, Petro está disposto a construir um futuro verde, apostando em um modelo sustentável, equilibrando a economia com a natureza. “Estamos prontos para uma economia sem carvão e sem petróleo, mas pouco fazemos para ajudar a humanidade com isso”, disse. “Não somos nós que emitimos gases de efeito estufa. São os ricos do mundo que o fazem. Onde está o fundo mundial para salvar a floresta amazônica?”

Petro propôs trocar a dívida externa por despesas internas em prol da proteção do meio ambiente. “Se o FMI ajudar a trocar dívidas por ações concretas contra a crise climática, teremos uma nova economia próspera”, avalia.

Na presença de uma dezena de chefes de Estado, entre outros, Alberto Fernández (Argentina), Luis Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Xiomara Castro (Honduras), Guillermo Lasso (Equador) instaram Petro a se juntar à América Latina em projetos concretos. “A unidade latino-americana não pode ser mera retórica. Será que conseguimos uma rede de energia elétrica que cobre toda a América? É hora de trabalharmos juntos”. •

**“SE O FMI AJUDAR
A TROCAR DÍVIDAS
POR AÇÕES
CONCRETAS
CONTRA A CRISE
CLIMÁTICA,
TEREMOS UMA
NOVA ECONOMIA
PRÓSPERA”**



David Dee Delgado/Reuters

CALADO NO FBI Na Praça Bolívar lotada, estudantes, trabalhadores e gente do povo acompanha a cerimônia de posse e o discurso do novo presidente

TRUMP SE COMPLICHA MAIS

Ex-presidente precisou depor perante o FBI, se mantém calado, mas está encrencado. Inventário divulgado pela Justiça indica que pesam suspeitas contra o empresário por crimes graves contra a segurança nacional

A situação do 35º presidente dos Estados Unidos não está nada boa. Apesar de se dizer perseguido pelo governo Joe Biden, Donald Trump está envolvido em ilegalidades que podem acabar levando-o para a prisão. Ele deve enfrentar ações legais por ter levado documentos oficiais da Casa Branca considerados sigilosos para a sua mansão particular em Mar-a-Lago, na Flórida. Por enquanto, o ex-presidente não foi acusado de nenhum crime pela Justiça.

Na quarta, 10, ao prestar depoimento diante da procuradora-geral de Nova York, invocou a Quinta Emenda e se recusou a responder a quaisquer perguntas. “Sob o conselho de meu advogado e por todas as razões acima, recusei-me a responder às perguntas sobre os direitos e privilégios concedidos a todos os cidadãos sob a Constituição dos Estados Unidos”, disse.

De acordo com um inventário divulgado na sexta, Trump detinha em sua casa documentos secretos e ultrassecretos. Um mandado de busca autorizou agentes do FBI a apreender materiais na sua residência para investigar crimes relacionados à Lei de Espionagem, que proíbe a retenção não autorizada de informações de segurança nacional que possam prejudicar os EUA. Além disso, Trump também pode ter violado uma lei que proíbe o mau uso de documentos oficiais – a regra proíbe ocultação ou destruição de papéis.

As explicações de Trump foram mudando à medida que o cerco ia se fechando contra si em torno deste caso dos documentos classificados. Primeiro, disse que estava “trabalhando e cooperando” com agentes do governo que haviam entrado inapropriadamente em sua casa. Ele ainda se queixou de que os agentes federais levaram seus passaportes.

Então, quando o governo revelou que o FBI, durante a busca, havia recuperado quase uma dúzia de documentos marcados como confidenciais, sugeriu que os agentes haviam plantado evidências. Agora, assessores alegam que Trump tinha “ordem permanente” para desclassificar documentos que saíam do Salão Oval para sua residência. E insistem que parte do material estava protegido por sigilo advogado-cliente e executivo.

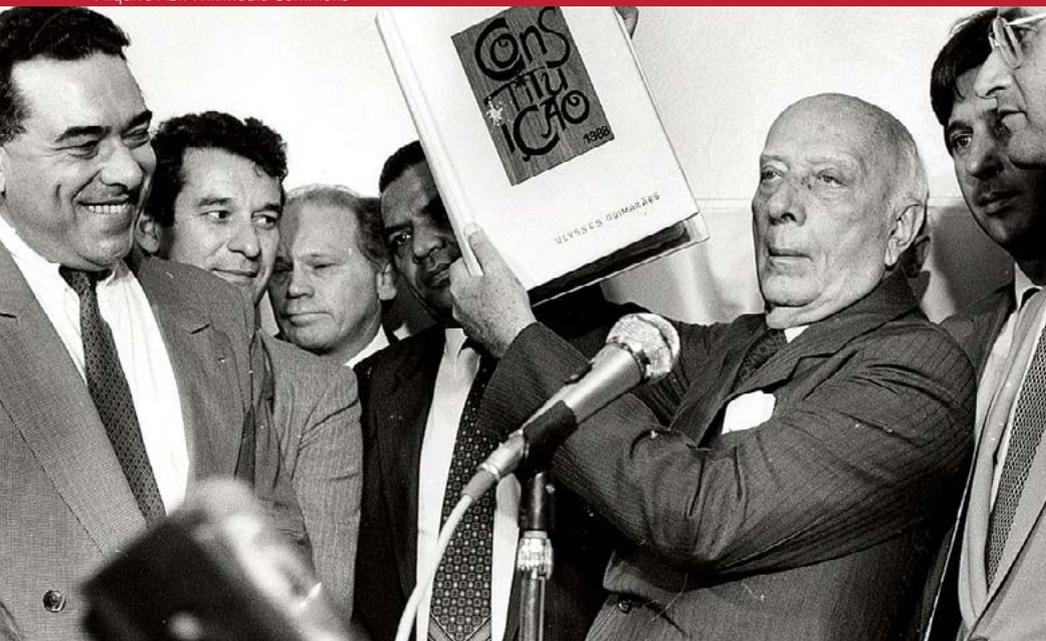
O FBI recuperou 11 conjuntos de documentos classificados. Alguns estavam marcados como ultrassecretos e deveriam estar disponíveis apenas em instalações especiais do governo, de acordo com um mandado de busca divulgado por um agente.

Os agentes do FBI levaram cerca de 20 caixas de itens, pastas de fotos, uma nota manuscrita e a concessão executiva de clemência para o aliado de Trump, seu ex-assessor e conselheiro Roger Stone. Também foram incluídas na lista informações sobre o “Presidente da França”, de acordo com a informação revelada pela Justiça. A lista está contida em um documento de sete páginas que também inclui o mandado de busca nas instalações que foi concedido por um juiz federal na Flórida.

No domingo, 14, integrantes do Partido Republicano intensificaram os pedidos pela divulgação de um depoimento do FBI mostrando a justificativa para a apreensão de documentos na casa do ex-presidente. O Departamento de Justiça tem uma causa provável para conduzir a busca com base em possíveis violações da Lei de Espionagem dos EUA.

Os republicanos estão pedindo a divulgação de informações mais detalhadas que convenceram um juiz federal a emitir o mandado de busca, que pode mostrar fontes de informação e detalhes sobre a natureza dos documentos e outras informações confidenciais. A publicação é altamente incomum. •

Arquivo ABr/Wikimedia Commons



12 de agosto de 1987

PAÍS TEM PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

Em 12 de agosto de 1987, o Salão Negro do Congresso Nacional sediou um ato público para a entrega conjunta de propostas de emendas populares à nova Constituição. As mais de 2 mil pessoas presentes apresentaram 122 emendas, subscritas em curtíssimo prazo por aproximadamente 12 milhões de signatários, numa experiência inédita de participação popular na vida constitucional brasileira.

Logo depois da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em janeiro daquele ano, as entidades favoráveis à participação popular na elaboração da nova Carta constitucional haviam conseguido uma importante vitória: a inclusão no Regimento Interno da Constituinte de dispositivo que previa a apresentação de emendas populares, subscritas por no

mínimo 30 mil eleitores, desde que endossadas por três entidades legalmente constituídas. Três parlamentares apresentaram a proposta: Mário Covas (PMDB), Brandão Monteiro (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Das 122 emendas populares apresentadas, 83 preencheram os requisitos regimentais e tramitaram normalmente. Destas, apenas 19 receberam parecer favorável da Comissão de Sistematização, vindo a integrar a Constituição. Temas variados foram abordados pelas emendas populares, como reforma agrária, saúde pública, direitos trabalhistas, cooperativismo, livre iniciativa, populações indígenas, ciência e tecnologia, manutenção de entidades profissionalizantes e direitos individuais e coletivos.

Outras datas históricas

12/08/1912: Nasce, em Salvador (BA), Edison Carneiro. Militante do PCB e etnólogo, ele se especializaria em estudos sobre a cultura afro-brasileira.

13/08/1926: Nasce em Birán, na ilha de Cuba, o líder revolucionário Fidel Castro, uma das personalidades políticas mais influentes do século 20. Ele governou a República de Cuba como primeiro-ministro de 1959 a 1976 e depois como presidente de 1976 a 2008.

17/08/1933: Nasce em Sertãozinho, no interior de São Paulo, Waldemar Rossi, militante político e operário, que se tornaria ainda integrante do Diretório Nacional do PT.

18/08/1939: Nasce, em São Paulo, Clóvis de Castro, militante do Partido Comunista Brasileiro. Durante o Golpe de 1964, enfrentou com resistência as forças golpistas afim da retomada da democracia.

16 a 18/08/1991: Realizado em Itiberé (MG) o 3º Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres.

18 a 20/08/1995: Acontece em Guarapari (ES), o 10º Encontro Nacional do PT.

15/08/2008: O líder político Fernando Lugo toma posse como presidente do Paraguai.

15/08/2011: Criação do Instituto Lula.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

Ricardo Stuckert



17 de agosto de 2010

NO GOVERNO LULA, A PETROBRÁS OBTÉM LUCRO RECORDE DE R\$ 16 BILHÕES

Em 17 de agosto de 2010, a Petrobras anuncia um lucro líquido consolidado de mais de R\$ 16 bilhões no primeiro semestre daquele ano. O valor 11% superior ao mesmo período do ano anterior representou o maior lucro líquido consolidado de uma empresa brasileira até então.

O lucro recorde foi impulsiona-

do pelo aumento do preço médio do barril de petróleo e pelo maior volume de vendas. A produção de petróleo e gás havia subido 3% em relação ao primeiro semestre de 2009, atingindo produção diária de 2,033 milhões de barris. Os investimentos também aumentaram, totalizando R\$ 38,1 bilhões.

Em 2010, a Petrobras contava

com mais de 80 mil funcionários e reservas provadas de 15,99 bilhões de barris de petróleo e gás natural, incluindo as do pré-sal. A estatal era a maior empresa brasileira em valor de mercado. Em 2010, o processo de capitalização da companhia se tornou o maior da história mundial, captando R\$ 120 bilhões.

18 de agosto de 2008

DILMA ASSEGURA RESPEITO A PÚBLICO TRANS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O Ministério da Saúde publicou em 18 de agosto de 2008 a Portaria que garante a travestis e transexuais o acesso a tratamento hormonal e cirurgia de redesignação sexual. A partir de então, a cirurgia de redesignação sexual passou a ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde, após acompanhamento psicológico de dois anos e laudo psiquiátrico atestando a transexualidade.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano – e um dos pioneiros do mundo – a assegurar

o direito ao processo cirúrgico no sistema público de saúde. A conquista foi o resultado de uma construção conjunta entre movimentos sociais LGBT, especialistas e governo federal.

Em agosto do ano seguinte, o Ministério da Saúde garantiu o reconhecimento do nome social (nome com o qual a pessoa se identifica, diferente do nome de registro) em todo o SUS. A utilização do nome social ampliou o acolhimento a esta população, historicamente avessa a visitas de

rotina ou emergenciais aos serviços de saúde.

Em dezembro, o Superior Tribunal de Justiça criou jurisprudência nacional para retificação de registro civil – alteração do prenome e do sexo na certidão de nascimento – de cidadãos transexuais. Essa retificação e a consequente obtenção de documentos de identificação apropriados, mesmo que pela via jurídica individual, foram pilares básicos para o acesso à cidadania de transexuais e travestis.

A GRANDE ESTRELA DO HUMOR

O Brasil perde Jô Soares,
um dos maiores nomes
da cultura brasileira do
último século



A cultura nacional perdeu um dos seus grandes nomes artísticos. Na sexta-feira, 5, o apresentador, humorista, ator e escritor Jô Soares morreu às 2h30, aos 84 anos. Considerado um dos grandes intelectuais brasileiros do último século, José Eugênio Soares foi um dos maiores humoristas do Brasil e um democrata em defesa da liberdade de expressão e das instituições brasileiras.

Líderes políticos, artistas e intelectuais lamentaram a passagem do artista, cujo talento na televisão brasileira foi acompanhado nos últimos 60 anos pelo povo brasileiro. O ex-presidente Lula reafirmou o talento de Jô nas várias atividades artísticas em que desenvolvidas ao longo da sua carreira e destacou a sua generosidade como entrevistador.

"Jô Soares foi um dos atores, autores, comediantes e entrevistadores mais talentosos da história do Brasil", destacou Lula. "Seus talentos e atividades eram tantos que desafiam categorias. Uma pessoa generosa que por anos conduziu entrevistas que foram um importante espaço de debate para o país".

A ex-presidenta Dilma Rous-

seff também expressou sua tristeza pela morte do humorista, a quem chamou de amigo. "É com tristeza que recebo a notícia da passagem de Jô Soares. Escritor notável, humorista brilhante e um entrevistador sensível, Jô foi um artista e intelectual de grande dimensão", destacou. "O Brasil perde um grande artista e eu, atrevo-me a dizer, perdi um amigo. Meus sentimentos aos familiares, admiradores e fãs deste artista brasileiro de rara sensibilidade".

Ela lembrou que pouco antes do impeachment, Jô Soares foi um dos poucos a abrir espaço na emissora para que ela pudesse falar. "Quando eu estava sob intenso ataque da mídia e dos adversários políticos, pouco antes do processo de impeachment, em abril de 2016, ele abriu seu programa para me entrevistar", disse. "Jô foi a única voz dentro da Globo disposta a me ouvir naquele momento. E disso eu não me esqueço. Ele foi um democrata e era um artista de princípios".

O anúncio da morte do artista foi feito por Flávia Pedra, ex-mulher de Jô Soares, e confirmada em nota pela assessoria de imprensa do Hospital Sírio-Libanês. "Você é orgulho pra todo mundo que compartilhou de alguma forma a vida com você. Agradeço

aos senhores Tempo e Espaço, por terem me dado a sorte de deixar nossas vidas se cruzarem", escreveu Flávia.

Em todas as suas inúmeras atividades artísticas – entrevistador, ator, escritor, dramaturgo, diretor, roteirista, pintor –, Jô Soares teve o humor como marca registrada. Foi seu ponto de partida e sua assinatura no teatro, na TV, no cinema, nas artes plásticas e na literatura. Ele próprio gostava de admitir isso. "Tudo o que fiz, tudo o que faço, sempre tem como base o humor. Desde que nasci, desde sempre", afirmou em depoimento ao site Memória Globo.

Nos últimos 25 anos, Jô ficou conhecido por ser o apresentador do talk-show mais famoso do país. Na TV Globo, estrelava o "Programa do Jô", exibido de 2000 a 2016. Considerado pioneiro do stand-up, também se destacou por ser um dos principais comediantes da história do Brasil, participando de atrações que fizeram história na TV, como "A família Trapo" (1966), "Planeta dos homens" (1977) e "Viva o Gordo" (1981). Ele escreveu livros e atuou em 22 filmes.

Jô nasceu no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1938. Era o único filho do empresário Orlando Heitor Soares e da dona de



Reprodução

ESPAÇO PARA O DEBATE

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a morte do artista: "Seus talentos e atividades eram tantos que desafiam categorias. Uma pessoa generosa que por anos conduziu entrevistas que foram um importante espaço de debate"



Roberto Stuckert Filho

UM DEMOCRATA DE PRINCÍPIOS

Dilma lembrou que Jô abriu o programa quando havia um clamor contra o seu governo. "Foi um artista e intelectual de grande dimensão. Jô foi a única voz dentro da Globo disposta a me ouvir naquele momento. E disso eu não me esqueço"

casa Mercedes Leal Soares. Em entrevista ao Fantástico em 2012, Jô disse que "pelo fato de sempre ter sido gordo, preferia ser mais conhecido pelo espírito do que pelo físico". "Então, eu era muito, muito exibido", assumiu. "Sou muito vaidoso, nunca escondi isso. Qual é o artista que não é vaidoso? Todos. É uma profissão de vitrine de exibidos. Você nasce querendo seduzir o mundo".

Na infância, Jô estudou em colégio interno. "Chorava muito. Era uma coisa excessiva, uma coisa de sensibilidade quase gay", lembrou no Fantástico. O motivo era o medo de tirar nota baixa e não ter direito a voltar para casa nos finais de semana. Na escola, seu apelido era poeta. "Sendo gordo e ter o apelido de poeta - acho que já era uma vitória", contou. Aos 12 anos, foi estudar na Suíça, onde ficou até os 17. Lá, passou a se interessar por teatro e shows. Mas o plano original não era seguir carreira nos palcos. "Eu pensei que ia seguir a carreira diplomática", disse.

Sua estreia na tevê foi em 1958 no programa "Noite de gala" e passou a escrever para o "TV Mistério", que tinha no elenco Tônia Carreiro e Paulo Autran. Os dois programas eram exibidos pela TV Rio. Na emissora, Jô esteve ainda no "Noites cariocas". Em seguida, escreveu e atuou em humorísticos da TV Continental. Estreou

como ator na chanchada "O homem do Sputnik" (1959), de Carlos Manga.

Em 1960, Jô mudou-se para São Paulo para trabalhar na TV Record. "Vim descobrir São Paulo, era casado com a Teresa, tinha 22 anos. Vim para passar 12 dias e fiquei 12 anos", disse, mencionando o casamento com a atriz Therezinha Millet Austregésilo (1934-2021), com quem teve seu único filho, Rafael, que era autista e morreu aos 50 anos. A partir daí, atuou e escreveu para diversas atrações, como "La reuve chic", "Jô show", "Praça da alegria", "Quadra de azes", "Show do dia 7" e "Você é o detetive".

O grande destaque da época foi "A Família Trapo", exibido entre 1967 e 1971 todos os domingos. No princípio, Jô apenas escrevia o roteiro - seu parceiro era Carlos Alberto Nóbrega. Depois, ganhou um papel: o mordomo Gordon. O elenco tinha ainda nomes como Otelo Zeloni, Renata Fronzi, Ricardo Corte Real, Cidinha Campos e Ronald Golias. "Acho que foi a primeira sitcom que se fez", disse ao Memória Globo.

Pelos 17 anos seguintes, a partir de 1970, Jô Soares ficou na TV Globo. A estreia foi no programa "Faça humor, não faça a guerra", ao lado de Renato Corte Real (ambos eram roteiristas e protagonistas). Os textos eram tam-

bém assinados por Max Nunes, Geraldo Alves, Hugo Bidet e Haroldo Barbosa. "Criávamos uma média de 20 e tantos personagens por ano. Quando terminou o último programa, havia mais de 260 personagens criados", enumerou Jô ao Memória Globo.

Em 1973, surgiu um novo humorístico, "Satiricon". "Era um programa no estilo do extinto 'Casseta & Planeta', de sátira à comunicação. A gente brincava com as novelas, com o noticiário. Então, não tinha quadros fixos", comparou. Já em 1977, foi a vez de "O planeta dos homens", em que novamente se dividiu entre as funções de ator e redator, com a colaboração de dois de seus parceiros habituais: Max Nunes e Haroldo Barbosa. O elenco tinha Agildo Ribeiro, Paulo Silvino, Luís Delfino, Sonia Mamede, Berta Loran, Costinha, Eliezer Motta e Carlos Leite.

Como escritor, Jô foi do romance à biografia. Ele deixou ao menos dez livros, dentre os mais populares "O Xangô de Baker Street", (1995), que virou filme, e "O Homem que Matou Getúlio Vargas" (1998). Ainda escreveu "Assassinatos na Academia Brasileira de Letras" (2005), "As Esganadas" (2011), "O Livro De Jô - Uma Autobiografia Desautorizada - Vol. 1" (2017) e "Vol. 2" (2018). •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**



Saiba como criar um comitê
pt.org.br



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores